Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - Hospital Regional de Sorocaba "Adib Domingos Jatene" - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Regional de Sorocaba "ADIB Domingos Jatene" - Bata Branca



CNPJ.: 61.699.567/0078-71 Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade Gerenciada: Hospital Regional de Sorocaba "Dr. ADIB Domingos Jatene" - Bata Branca. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2020. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira -** Diretor-Presidente da SPDM. Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais 2019 2018 | Passivo 2019

2018

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Ativo Circulante		139.933.426,43		134.308.122,23	
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.511.137,94	14.626.715,68	Fornecedores (notas 3.8)	2.370.017,09	1.498.995,09
Bancos conta movimento (nota 3.1)	2.384,80	5.701,28	Serviços de Terceiros P.		
Aplicações Financeiras (nota 3.2)		14.621.014,40	Física/Jurídica (notas 3.9)	3.890.655,79	3.333.611,61
Contas a Receber		122.551.068,11	Salários a pagar (notas 3.10)	3.221.316,04	2.491.339,60
Valores a Receber (nota 3.3.1)	123.600.000,00	119.993.634,48	Contribuições a recolher (notas 3.11)	768.695,89	577.255,49
Estimativa de Rescisão Contratual	-	2.557.433,63	Provisão de férias (notas 3.12)	4.216.236,68	1.840.461,01
Outros Créditos	490.974,51	267.576,62	Provisão de FGTS sobre férias (notas 3.12	2) 336.852,00	147.127,42
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	266.372,44	15.046,91	Provisão de PIS sobre férias		
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4		19.656,40	e 13º Salário (notas 3.12)	-	18.571,76
Adiantamentos (nota 3.4.3)	2.596,78	232.873,31	Estimativa de Rescisão Contratual	-	2.557.433,63
Estoques	1.706.009,78	2.488.066,02	Impostos a recolher (notas 3.13)	960.197,95	422.720,06
Estoque Materiais Medicamentos			Benefícios	7.091,38	-
Nutrição (nota 3.5)	1.706.009,78	2.488.066,02	Obrigações Tributárias (notas 3.14)	475.355,41	499.655,02
Ativo Não Circulante	253.015.425,36	360.781.433,90	Convênios públicos a realizar (notas 3.15)		
Contratos/Convênios Públicos			Outras Contas a Pagar (notas 3.16)	27.184,22	7.290,00
a Receber (nota 3.6.1)	247.200.000,00	360.781.433,90	Materiais de Terceiros em nosso poder (no		16.477,75
Valor Estimado - Rescisão			Estrutura SPDM	46.847,71	-
Contrato (nota 3.6.2)	5.815.425,36	-	Passivo Não Circulante	253.015.424,36	360.781.433,90
Total do Ativo		500.714.860,33	Convênios/Contratos Públicos		
Comparativo das Demostraçõe			a realiza (nota 3.15)	247.200.000,00	360.781.433,90
Exercícios encerrados em 31 de D			Valor Estimado - Rescisão		
Descrição	2019	2018	de Contrato (nota 3.6.2)	5.815.425,36	-
Fluxos de caixa das atividades operaci	onais		Patrimonio Líquido	-	-
			Resultado do Exercício	-	-
Ajuste p/ conciliar o resultado às disponibilidades			Total do Passivo e Patrimonio Líquido 387.323.547,59 500.714.860,33		
geradas pelas atividades operacionais	5		Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado		
Depreciação e amortização Resultado na venda/baixas de ativos imol		-	Exercícios encerrados em 31 de De		
	ollizados -	-	Descrição	2019	2018
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	-	-		150.023.518,59	
Variações nos ativos e passivos	(4.049.024.90)	(100 551 060 11)	1.1) Prestação de serviços	132.539.853,10	49.291.146,98
(Aumento) Redução em contas a receber (1.048.931,89)(122.551.068,11) (Aumento) Redução outros créditos 107.542.610,65(361.049.010,52)					-
		(361.049.010,52)		910,00	- 6 544 077 40
(Aumento) Redução de despesas antecip (Aumento) Redução em estoques	765.578,49	(2.471.588,27)	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições		6.541.977,18
Aumento (Redução) em fornecedores	1.475.298,63		1.5) (-) Prov.Cred.Liquid.Duvidosa/Receita	s anulauas E -	-
Aumento (Redução) em fornecedores Aumento (Redução) nas doações e	1.475.296,03	4.700.945,20	2 - Insumos Adquiridos de	74 602 000 20	2E 064 420 EE
	(116.300.824,46)	497 202 024 90	Terceiros (inclui ICMS e IPI)	74.032.303,20	25.964.139,55
Aumento (Redução) em contas	(110.300.624,46)	407.303.921,09		20.085.683,26	4.582.839,81
a pagar e provisões	1.450.690,84	8 625 515 41	utilizadas nas prestações d 2.2) Materiais, energia, serviços	20.065.665,26	4.302.039,01
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros		0.023.313,41	de terreiros e outro	53 907 904 63	21.150.565,98
Caixa líquido consumido pelas	-	_	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		21.130.303,30
atividades operacionais	(6.115.577,74)	14.626.715,68		699.321,39	230.733.76
Fluxos de caixa das atividades de inve		14.020.7 13,00	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	, , , , ,	29.868.984,61
(+) Recebimento pela venda de ativo imol		_	4 - Retenções	73.330.009,31	29.000.904,01
(-) Aquisições de imobilizado	-		4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
(-) Adição de Bens de Terceiros	_		5 - Valor Adicionado Líquido	-	-
(-) Adição de Bens intangíveis			Produzido pela Entidade (3-4)	75 330 600 31	29.868.984,61
Caixa líquido consumido pelas			6 - Valor Adicionado Recebido em Trans		29.000.904,01
atividades de investimentos		6.1) Receitas financeiras	92,15		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			7 - Valor Adicionado Total (5+6)		29.868.984,61
Captação de Empréstimos e financiamentos			8 - Distribuição do Valor Adicionado		29.868.984,61
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos			8.1) Pessoal e encargos		23.284.175,58
Juros pagos por empréstimos		8.2) Impostos, taxas e contribuições	5.538,55	11.848,18	
Caixa líquido consumido pelas	-	-	8.3) Juros	J.JJU,JJ	216,52
atividades de financiamentos	_	_	8.4) Aluguéis	190.458,26	30.767.15
Aumento (Redução) Caixa e			1 U.T / MIUGUEIS	130.400,20	30.707,13
				17 482 755 40	6 541 977 19
Equivalentes de Caixa	(6 115 577 74)	14 626 715 68	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	17.482.755,49	6.541.977,18
Equivalentes de Caixa Saldo inicial de Caixa e equivalente	(6.115.577,74) 14.626.715.68	14.626.715,68		-	-

tos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. 2.2. - Nome Empresarial da Unidade, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Regional de Sorocaba "DR. ADIB Domingos Jatene" - Bata Branca: Rodovia Raposo Tavares, SP-270, KM 106 - Pq. Reserva Fazenda Imperial Sorocaba- SP, CEP 18052-775 - CNPJ n.º 61.699.567/0078-71. 3 - Principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. O plano de contas a adotado atendem aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1. - Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias

Saldo em

31.12.2019 2.384,80 **31.12.2018** 5.701,28 C Caixa e Saldos em Bancos A Aplicação Financeira de Curto Prazo 8.508.753.14 14.621.014.40 8.511.137.94 14.626.715.68 C Caixa e Equivalentes de Caixa Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2019 o montante é de R\$8.511.137,94 demonstrado no quadro acima. 3.2. - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para tos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagao custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeimento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços ras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2019 tais valores representam o montante de R\$ 1.080.321,14 (Quatorze milhões, seiscentos e vinte e um mil quatorze reais e quarenta centavos). 3.3. - Contas a receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (R1) (que aprova a NBC TG 07) e conforme resolução 1.409/12 (R1) (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 3.3.1-Valores a Receber: Os valores registrados nesta conta em 2019, representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão Nº 001.0500.000039/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, totalizaram R\$ 123.600.000,00 (Cento e vinte e três milhões e seiscentos mil reais). 3.4 - Outros Créditos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituicão. 3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores: Os valores classificados como adiantamentos a fornecedores, compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de beneficios como vale transporte, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente e outros valores a receber, cujo o saldo em 31.12.2018 é de R\$ 222.005,29. 3.4.2 Antecipações de Férias: A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e. se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. 3.4.3 Adiantamentos: Representam valores a pagos de benefícios adquiridos no final do mês aos funcionários que irão compor a folha de pagamento do mês posterior, são valores referentes a vale transporte, vale alimentação e refeição. 3.5 - Estoques: Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de

estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo.

Comparativo das Demonstrações do Resultado do Exercicio Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais						
Descrição	2019	2018				
(=) Receitas Bruta de Serviços	150.022.608,59	55.833.124,16				
(+) Serviços - Saúde	149.459.503,14	55.833.124,16				
Contratos/Convênios Afiliadas (nota 4.1)	131.973.826,43	49.156.927,66				
Outras Receitas	101.070.020,10	132.372,96				
Isenção usufruída (nota 4.3)	17.482.755,49	6.541.977,18				
Trabalhos Voluntários (nota 4.4)	2.921,22	1.846,36				
(+) Outras Receitas Operacionais	563.105,45	1.040,00				
Estrutura SPDM	563.105,45					
(=) Receita Liquida de	303.103,43	-				
Serviços Prestados	150.022.608,59	55.833.124,16				
(+) Outras Receitas	563.105,45	33.033.124,10				
(+) Receitas Gerais - Saúde	1.002,15					
Outras Receitas	1.002,15	•				
Descontos Recebidos	92,15	-				
Doações Recebidas	910,00					
(=) Receita Líquida	150.023.610,74	55.833.124,16				
(-) Custos Operacionais (nota 4.2)	132.177.467,41	46.196.256,52				
(-) Serviços	99.894.544,24	34.756.367,57				
(-) Serviços (-) Serviços - Pessoal Próprio	49.409.440,28	18.233.404,24				
(-) Serviços - Terceiros	50.485.103,96	16.522.963,33				
(-) Custos com Mercadorias	20.085.683,26	7.172.261,99				
(-) Manutenção e Conservação	20.003.003,20	2.589.422,18				
(-) Mercadorias	20.085.683,26	4.582.839,81				
(-) Gratuidades	12.197.239,91	4.267.626,96				
(-) Isenção usufruída	12.197.239,91	4.267.626,96				
(-) Outros Custos	12.197.239,91	4.207.020,90				
(-) Despesas Operacionais (nota 4.2)	17.846.143,33	9.636.867,64				
(-) Serviços	10.189.943,92	6.422.909,42				
(-) Pessoal Serviços Próprios	8.239.587,66	5.048.924,98				
(-) Serviços de Terceiros	1.947.435,04	1.372.138,08				
(-) Trabalhos Voluntários	2.921,22	1.846,36				
(-) Despesas com Mercadorias	1.665.823,89	696.809,54				
(-) Manutenção e Conservação	1.000.020,00	9.455,53				
(-) Medicamentos e Materiais	1.665.823,89	687.354,01				
(-) Tributos	5.538,55	78.335,27				
(-) Financeiras	0.000,00	66.487,09				
(-) Impostos Taxas e Contrib	5.538,55	11.848,18				
(-) Gratuidades	5.285.515,58	2.274.350,22				
(-) Isenção usufruída	5.285.515,58	2.274.350,22				
(-) Outras Despesas Operacionais	699.321,39	164.463,19				
(-) Despesas Financeiras	699.321,39	164.463,19				
(=) Resultado do Exercicio (nota 4.5)	-					
lor total escriturado em estoques no exercício de 2.019 é de R\$1.706.009,78.						
Posição dos Estaques Valores em Posis em:						

31/12/2019 31/12/2018 Descrição Materiais utilizados no setor de Nutrição 84 091 52 215 501 44 619.900,44 851.790,79 Materiais utilizados no setor de Farmácia Materiais de Almoxarifado 1.001.461,74 1.420.696,64 Emp. Materiais de Terceiro 556.08 77,15 1.706.009,78 2.488.066,02 Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. 3.6.1

Valores em Reais em:

Posição dos Estoques

Valores a Receber (Ativo não circulante): Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão Nº 001.0500.000039/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. **3.6.2 - Estimativas de Rescisão Contratual (Ati**vo não circulante): A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral dor parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas Rescisão Contratual 3.378.385,74 Aviso Prévio indenizado Multa 50% FGTS 2.437.039,61 5.815.425.36

Total 3.7 - Imobilizado: O HRS não possui bens de terceiros sob responsabilidade da SPDM, de modo que o patrimônio do Complexo Hospitalar é de responsabilidade da Concessionária Inova Saúde São Paulo SPE S/A, empresa licitante na modalidade de concessão administrativa do Complexo Hospitalar Regional de Sorocaba, com seu contrato na modalidade PPP - Parceria Público- Privado com o Estado de São Paulo por meio do Contrato Concessão Adm. nº PPP 01/2014. 3.8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, e assessoria técnica e jurídica. 3.10 - Salários a Pagar: De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. 3.11 - Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, e Contribuições Sindicais. 3.12 - Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. 3.13 - Impospessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os servicos prestados de pe as físicas autônomas. 3.14 - Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes. 3.15 · Convênios/Contratos Públicos a Realizar: De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. 3.16-Outras Contas a Pagar: Estes se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.17 - Materiais** de Terceiros em nosso Poder: Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno especifico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. 3.18 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base . em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 3.20 - Contingências Ativas e Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista neros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. O va-contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido continua

Saldo final de Caixa e equivalente 8.511.137,94 14 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 8.511.137,94 14.626.715,68 em 31 de Dezembro de 2.019 e 2.018 Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustenta bilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Características da Unidade Gerenciada: O programa de Parcerias Público-Privadas (PPP) do Estado de São Paulo foi instituído pela Lei nº 11.688/2004 e 14.735/2012. As PPPs nasceram da necessidade de o Estado buscar parceiros no desenvolvimento de infraestrutura e servicos públicos para o atendimento das demandas da sociedade O Governo aposta em uma combinação entre diferentes modelos de gestão onde os servicos "Bata Brança" serão desenvolvidos pela OSS (Organização Social de Saúde). A partir da Resolução SS Nº 65 de 15/08/2017 iniciou a gestão da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina em 31/03/2019, o Hospital Regional de Sorocaba "DR. ADIB Domingos Jatene", tem como finalidade a ampliação da rede hospitalar estadual garantindo o acesso e os cuidados em saúde, dentro da média e alta com-plexidade em traumatologia, ortopedia, neurocirurgia e especialidades relacionadas para casos de urgência, servindo de referência aos 48 (quarenta e oito) municípios da Rede regional de Atenção à Saúde - RRAS-08 (Sorocaba) e outras regiões do Estado de São Paulo. Em 2019 contava com 124 leitos de internação, 20 leitos de UTI, 20 leitos Hospital-Dia, 13 salas cirúrgicas, 3 salas de procedimentos, 37 consultórios, 12 salas de exames de imagem, 4 salas de outros exames e 6 salas de reabilitação. O Hospital Regional de Sorocaba "DR. ADIB Domingos Jatene" está localizado no Município de Sorocaba, e atende a região da DRSXVI Sorocaba (48 municípios) e 15 municípios das Regiões de Saúde de Mananciais e Rota dos Bandeirantes. Totalizando uma população de 5.412.200 habitantes (IBGE-2016), através da Central de Regulação de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo. Em 11 de Dezembro de 2017 a SPDM firmou com a Secretaria de Estado da Saúde o Contrato de Gestão Nº 001.0500.000039/2017, com prazo de 05 (cinco) anos, e valor global estimado de R\$ 560,906,472,03 (quinhentos e sessenta milhões, novecentos e seis mil e quatrocentos e setenta e dois reais e três centavos). Tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades é serviços de saúde à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde. 1. - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI alínea" C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na ela boração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Res. CFC N.º 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabe lece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstracões contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1- Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2.013 pela RFB, algumas alte-

rações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exi-

gido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros.

dorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2019, a unidade gerenciada não possui contingências ativas. 3.20.2 - Contingências Passivas: No exercício de suas atividades em 2019, SPDM - Hospital Regional de Sorocaba "Dr. Adib Domingos Jatene" - Bata Branca acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 313.600,00 (Trezentos e treze mil e seiscentos). 4-Origem e Aplicação dos recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais.

4.1 - Das Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2019, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0078-71 Hospital Regional de Sorocaba "DR. ADIB Domingos Jatene"- Bata Branca R\$ 120.000.000,00

N° 001.0500.000039/2017 T.A 01/19 - Repasse 2019 N° 001.0500.000039/2017 T.A 02/19 -

Repasse Programa Especial"Corujão da Saúde' N° 001.0500.000039/2017 T.A 04/17 -36.000.00

Desconto de Valor Financeiro (1.080.000.00)4.2 -Custos e Despesas Operacionais: Os custos operacionais estão rela cionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. 4.3 -Isenções e contribuições sociais usufruídas: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento de R\$ 118.956.000,00; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira -** Diretor Presidente da SPDM **Dr. Carlos Alberto Garcia Oliva -** Diretor Técnico

protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram gistrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 17.482.755,49. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. 4.3.1 -lsenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.868/13, a Entidade usufruiu no exercício de 2019, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta especí-fica em R\$ 13.218.546,82. 4.3.2 -Isenção da Contribuição Previdenciária Em 2019, a unidade apresentou os seguintes dados de produção: Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros: A Iser ção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceira pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2019 atingiu um montante de R\$ 67.297,20. 4.3.3 -Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2019 foi de R\$ 3.959.214,79. 4.3.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag): Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulsita para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, ca bendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acórdão abaixo. A unidade estima recuperar o montante de R\$ 418.014,53 pagos no período de 2018 a 2019 mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial a ser movido no primeiro semestre de 2020. **4.4 -Trabalho Voluntário**: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e ta-lento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.154,93 e os demais trabalhos voluntários um valor de R\$ 766.29. 4.5 - Resultado Operacional: Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem

Dr. Carlos Alberto Garcia Oliva - Diretor Técnico
Relatório dos Auditores Independentes

Continuação na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza 1.081.323,29; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinador de R\$ 131.974.828,58; encerrando o exercício com um resultada do deficitário no valor de R\$ -11.937.505,29. Pois não houve reajuste em relação a dezembro de 2018 que era R\$ 9.999.469,54 e foi para R\$ 10.000.000,00 e em contrapartida as metas de produção assistencial foram elevadas em torno de 17% o que explica o déficit operacional verificado para o período e que foi coberto com superávit obtidos nos exercícios anteriores. 6 - Das disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/2016 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades pode rá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados

Produção - 2019 Linha de Atendimento Internações Saída Hospitalar Nº de Cirurgias 8.433 75.987 Consulta não médica 16.572 Cirurgia ambulatorial 6.847 SADT - Total (SAI + SIH) 424.290

Relatório de execução do contrato de gestão

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2019 1º Semestre 2º Semestre Tot Contra- Reali- Contra- Reali- Contra-**Total 2019** Linha de Contratação Internações tado Saída Hospitalar - Total Saída Hospitalar -1.220 1.482 (Exceto Cl. Cirúrgica) 1.020 1.176 2.240 2.658 Saída Hospitalar Cl. Cirúrgica 3.546 4.041 7.587 1.515 HD/Cir.Ambulatorial-Total 1.500 1.500 1.534 3.000 3.049 Pronto Socorro/Pronto Atendimento 4.408 (Urgência/Emergência) 5.809 16.800 8.400 8.400 4.408 Consulta de urgência 8.400 5.809 16.800 10.217 Atendimento **Ambulatorial-Total** 51.300 47.853 48.800 57.562 100.100 105.415 Consulta médica - Total 32.100 35.326 32.100 40.706 64.200 Primeira consulta - médica 9.600 8.778 9.600 10.036 19.200 Consulta médica Sub.+Inter.-Total (exceto primeira consulta)22.500 26.548 22.500 30.670 Atendimento não 19.200 12.527 16.700 16.856 35.900 29.383 SADT Externo - Total 1.500 1.608 1.615 1.740 3.115 3.348 Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2019 Receitas Custeio Investimento Repasses do Contrato / Convênio Receitas Financeiras e Outras Receitas **Total das Receitas** 120.050.947.08 Custeio 54.191.804,28 Investimento Despesas Despesas com Pessoal Despesas com Materiais 71.974.720,54 Serviços e Outras Despesas

Total das Despesas otal das Despesas 126.166.524,82 - Exercício Social: Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Sorocaba, 31 de Dezembro de 2019.

Rita de Cássia Borba Barão - Contadora - CRC SP 251567/O-9

Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Asso- contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por ciação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Regional de Sorocaba "ADIB Domingos" fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de Jatene" - Bata Branca que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações** Contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor** adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e interna cionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planeiado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados -** CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos** Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

Transparência na gestão financeira das empresas e democratização das informações

Tudo o que você quiser saber sobre os balanços das empresas, você encontra gratuitamente no site.

www.imprensaoficial.com.br

mprensa**o**ficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

